

RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RPPS

EXERCÍCIO DE 2024

Elaborado por:

Diego da Silva Carioca – Controlador
Interno do Instituto de Previdência dos
Servidores Públicos de Mariana –
IPREV Mariana.

MARIANA/MG
Março/2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. GESTORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS	5
3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	7
4.1. Execução do orçamento.....	8
4.2. Demonstrativo da Receita arrecadada e a Despesa realizada	10
4.3. Taxa de Administração.....	11
4.4. Créditos adicionais.....	12
4.5. Reserva orçamentária	13
5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA.....	13
5.1. Balanço Financeiro	13
5.2. Disponibilidade de Caixa	14
6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL.....	15
6.1. Balanço Patrimonial	15
6.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais	16
6.3. Inventário geral analítico	17
7. ANÁLISE DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO.....	18
8. AVALIAÇÃO DO DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	18
9. INFORMAÇÃO DO VALOR DE DÉFICIT DO RPPS.....	18
10. CERTIFICAÇÃO A CONCILIAÇÃO DOS REGISTROS E CRÉDITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO COM AS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA APRESENTADAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO.....	20
11. AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	20
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO AOS ARTS. 71 E 81 DA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022.....	21
13. INFORMAÇÕES SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS SEGURADOS DO RPPS.....	22

14. IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL CONTRIBUTIVO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO	23
15. PLANO DE AMORTIZAÇÃO	23
16. COMPROVAÇÃO DA OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SOBRE APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO RPPS	25
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26

PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2024

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos arts. 31 e 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, IV; Lei n. 4.320/1964, Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se o Parecer Técnico Conclusivo da Unidade de Controle Interno do IPREV Mariana sobre as Contas Anuais de Gestão, exercício 2024, do referido RPPS.

Além disso, o Controle Interno durante o exercício financeiro de 2024 desenvolveu suas atividades observando o **Plano Anual de Atividades do Controle Interno- 2024**, além de prestar orientação de informações visando o pleno atendimento das normas legais.

Basicamente o sistema atuou através da sistemática de informar e fazer recomendações e notificações quanto aos procedimentos, observância dos princípios de controles internos, emissão de pareceres em processos de benefícios previdenciários, pareceres nos processos de contratações públicas, elaboração de relatório mensal de acompanhamento das áreas do RPPS, fiscalização do cumprimento das normas legais, dentre outras.

2. GESTORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS

DADOS DO RPPS	
CNPJ:	30.317.936/0001-01
Endereço/CEP:	Rua Santa Cruz, nº 28 – Barro Preto / 35.424-176
Fones:	(31) 3558-5211 e (31) 3558-5249
E-mail:	contato@iprevmariana.mg.gov.br
Horário de funcionamento:	08 h às 17 h

DIRETORA PRESIDENTE	
Nome:	Elizangela Sara Lana
CPF:	937.982.296-00
E-mails:	presidencia@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2024 a 31/12/2024
Certificações RPPS	- ANBIMA CPA 10 - CP RPPS DIRIG I - CP RPPS DIRIG II

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	
Nome:	Betânia Aparecida de Paula
CPF:	083.148.416-09
E-mails:	diretoriaadmfinanceira@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 11.839/2024
Período:	03/06/2024 a 31/12/2024
Certificações RPPS	- ANBIMA CPA 10 - CP RPPS DIRIG I

DIRETORA PREVIDENCIÁRIA	
Nome:	Crislaine Aparecida Lourenço
CPF:	054.008.986-96
E-mails:	diretoriaprevidencia@iprevmariana.mg.gov.br

Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2024 a 31/12/2024
Certificações RPPS	-ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG I

RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS	
Nome:	Ricardo Geraldo Anselmo
CPF:	031.886.606-42
E-mails:	investimentos@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Portaria nº 134/2023 e 136/2023
Período:	01/01/2024 a 31/12/2024
Certificações RPPS	- CP RPPS CGINV I - CP RPPS CODEL I

RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE	
Nome:	Juvenil Cassiano dos Santos
Inscrição CRC:	MG-090145/O
CPF:	613.749.116-15
E-mails:	contabilidade@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 11.958/2024
Período:	01/08/2024 a 31/12/2024

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
Nome:	Diego da Silva Carioca
CPF:	097.724.366-47
E-mails:	controleinterno@iprevmariana.mg.gov.br
Ato de Nomeação:	Decreto nº 10.965/2022
Período:	01/01/2024 a 31/12/2024
Certificações RPPS	- ANBIMA CPA 10 -CP RPPS DIRIG II -CP RPPS CODEL II -CP RPPS COFIS II

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA – Plano Plurianual a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quadro 1 – Avaliação do Cumprimento das Ações e Metas 2024

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS – EXERCÍCIO 2024							
AÇÕES/METAS PREVISTAS	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO(R\$)	REALIZADO(R\$)
8.011 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IPREV	X		X			3.079.000,00	2.429.737,19
8.012 – MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO IPREV	X		X			32.531.458,40	31.663.634,49
8.013 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS DO IPREV	X		X			175.000,00	100.648,20
8.015 – PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	X		X			40.000,00	0,00
8.016 – IMPLANTAÇÃO DO PRO-GESTÃO RPPS – IPREV	X		X			36.000,00	17.670,00
8.014 – MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS COM RECURSO DO TESOURO	X		X			180.000,00	150.219,72
8.017 – IPREV ITINERANTE	X		X			22.000,00	0,00
8.018- CAFÉ COM APOSENTADOS	X		X			25.000,00	22.600,00
8.020 – DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS NATALINAS	X		X			8.000,00	0,00
TOTAL						36.096.458,40	34.384.509,60

FONTE: Comparativo da despesa autorizada com a realizada – Sistema Betha Cloud

As ações desenvolvidas pelo RPPS no exercício de 2024 foram predominantemente voltadas à manutenção dos pagamentos de benefícios

previdenciários, atividades administrativas e dos conselhos e a promoção da Educação Previdenciária.

As ações do IPREV ITINERANTE aconteceram sem dispêndio de recursos financeiros e contou com a participação e execução da equipe do IPREV MARIANA, o que justifica a despesa não realizada em comparação com o previsto nos instrumentos de planejamento para este exercício. Em relação ao Pró Gestão RPPS, sua implantação ocorreu no exercício de 2021 (Nível II) e a sua renovação com a mudança para o Nível III ocorreu em 2024.

4. AVALIAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A avaliação da gestão orçamentária tem o objetivo de verificar o desempenho orçamentário a partir das perspectivas da eficiência, eficácia, efetividade e do planejamento.

4.1. Execução do orçamento

Verifica-se a partir do demonstrativo abaixo, que a Lei Orçamentária anual nº 3.749 de 29 de dezembro de 2023, estimou uma receita de R\$ 48.672.000,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e setenta e dois mil reais) e fixou uma despesa no montante de R\$ 48.852.000,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil reais) para o exercício de 2024.

Quadro 2 - Orçamento 2024

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA (R\$)	VALOR (R\$)
Total de Receitas Correntes	22.372.000,00	Despesas correntes	36.036.458,40
-	-	Despesas de capital	60.000,00
-	-	Reserva de Contingência	12.755.541,60
Total de Receita Intra-Orçamentárias	26.300.000,00	-	-
		-	-
TOTAL	48.672.000,00	TOTAL	48.852.000,00

FONTE: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Sistema Betha Cloud

O Balanço Orçamentário, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sua

estrutura evidência a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. Demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, que são detalhadas em níveis relevantes de análise, por meio do confronto entre o orçamento inicial e suas alterações com a execução orçamentária, demonstrando, assim, o resultado orçamentário, conforme se verifica no “Quadro 3”, a seguir.

Quadro 3 – Balanço Orçamentário

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO d = (c-b)
Receitas Correntes	48.672.000,00	48.672.000,00	60.344.855,88	11.672.855,88
Sub-total	48.672.000,00	48.672.000,00	60.344.855,88	11.672.855,88
Déficit	-	-	-	-
TOTAL GERAL	48.672.000,00	48.672.000,00	60.344.855,88	11.672.855,88

FONTE: Balanço Orçamentário – Sistema Betha Cloud

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas Corrente	25.542.000,00	36.036.458,40	34.354.416,60	34.342.761,31	34.342.261,31	1.682.041,80
Despesa de Capital	50.000,00	60.000,00	30.093,00	30.093,00	30.093,00	29.907,00
SUB TOTAL	25.592.000,00	36.096.458,40	34.384.509,60	34.372.854,31	34.372.354,31	1.711.948,80
Superávit	-	-	25.960.346,28	-	-	-
TOTAL	25.592.000,00	36.096.458,40	60.344.855,88	34.372.854,31	34.372.354,31	1.711.948,80
Reserva do RPPS	23.260.000,00	12.755.541,60	0,00	0,00	0,00	-

O valor atualizado da receita orçada para o exercício de 2024 foi de R\$ 48.672.000,00 e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 60.344.855,88, apurando-se um superávit de arrecadação no valor de R\$ 11.672.855,88, obtendo um superávit da receita.

O Balanço Orçamentário demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, ou seja, R\$ 34.384.509,60 sendo desse total, R\$ 34.372.854,31 liquidadas e R\$ 34.372.354,31 pagas.

Identifica-se pelo demonstrativo uma diferença no valor de R\$ 12.155,29 referente as despesas empenhadas e não pagas no encerramento do exercício. O valor corresponde as despesas com os credores (Gás Dulico, Padaria Irmãos Santos Andrade

LTDA, Cemig Distribuição, AMM, e folha de pagamento referente a rescisão) que foram empenhadas e não percorreram a fase de pagamento no exercício de 2024.

Observa-se através do demonstrativo que as despesas do RPPS possuem uma previsão orçamentária maior no montante de R\$ 180.000,00, considerando que são fichas de recursos ordinários da Prefeitura, destinada a custear despesas com pessoal inativo pago pelo RPPS com recursos do tesouro do município.

Também compõem o balanço orçamentário dois quadros demonstrativos de execução de Restos a Pagar, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, sendo o montante de R\$ 39.619,73 (Restos a Pagar processados e não processados). Refere-se as despesas com os credores ((Comercial Jorc LTDA, Chá de Casa Nova Mariana LTDA, Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários, OI S/a, Companhia Itabirana de Telecomunicações LTDA, Cleusa da Silva Gomes, DATAPREV S/A e Secretaria da Receita Federal do Brasil/PASEP).

Não constam valores nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento, tendo em vista a não movimentação de tais contas.

No exercício de 2024, também foram pagas obrigações tributárias referentes ao PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

4.2. Demonstrativo da Receita arrecadada e a Despesa realizada

Apresenta-se o quociente resultante da relação entre a Receita arrecada e a Despesa realizada, a partir do demonstrativo abaixo.

Quadro 4 – Receita arrecadada x Despesa realizada

RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Receitas de Contribuições	44.546.858,46	Pessoal e Encargos Sociais	32.955.970,11
Receita Patrimonial	740.708,53	Outras Despesas Correntes	1.386.791,20
Outras Receitas	15.057.288,89	Despesa de Capital	30.093,00
	-	Superávit	25.972.001,57
TOTAL	60.344.855,88	TOTAL	60.344.855,88

FONTE: Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo Categorias Econômicas – Sistema Betha Cloud

No quadro acima, especificamente na categoria "Outras Receitas", os valores apresentados incluem montantes referentes ao recebimento de Compensação Previdenciária entre regimes (COMPREV).

Quociente de Resultado Orçamentário

$$\frac{\text{Receita arrecada}}{\text{Despesa realizada}} = \frac{60.344.855,88}{34.372.854,31} = 1,75$$

O quociente resultante da relação entre a Receita realizada e Despesa liquidada, indica a existência de superávit ou déficit. Assim, a partir do demonstrativo acima verificou-se que o resultado da divisão da receita realizada pela despesa liquidada foi maior que "1", o que indica a existência de "superávit" orçamentário de execução.

O registro, no aspecto orçamentário e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/1964, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas/liquidadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, levando em consideração o Plano de Contas aplicado ao setor público devidamente relacionado com as contas de receitas e despesas, sendo para as receitas as rubricas devidamente codificadas e para as despesas o relacionamento com os órgãos, unidades, dotações orçamentárias e fontes de recursos.

4.3. Taxa de Administração

Conforme determina a Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho nº 19.451/2020, Portaria MTP 1.467/2022, e a Lei Complementar Municipal nº 207/2021, foi observado o limite máximo da taxa de administração que é de 3,6% (três virgula seis por cento) - considerando o Pró Gestão RPPS, aplicados sobre o total da remuneração de contribuição de todos servidores ativos vinculados ao RPPS relativo ao exercício financeiro anterior.

Em atendimento as normas aplicáveis, as despesas custeadas com a Taxa de Administração, observam as orientações emanadas e são todas aquelas despesas necessárias para o funcionamento e manutenção do RPPS, como despesa com pessoal, prestação de serviços, compras, PASEP, capacitação e outras.

Quadro 5 – Demonstrativo do Cálculo da Taxa de Administração

BASE DE CÁLCULO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$
--	-----

Remuneração dos segurados - Município	101.316.274,42
Remuneração dos segurados – Câmara Municipal	327.121,05
Remuneração dos segurados – SAAE MARIANA	3.696.304,18
Remuneração dos segurados (Ativos) – IPREV Mariana	473.220,03
A) TOTAL BASE DE CÁLCULO	105.812.919,68
B) VALOR LIMITE PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS (3,6%)	3.809.265,11
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Vencimento e vantagens fixa – Despesas com Pessoal	1.019.339,38
Obrigações Patronais	133.281,98
Diárias - Pessoal Civil	90.951,00
Material de Consumo	11.806,27
Passagens e Despesas com Locomoção	86.452,26
Serviços de Consultoria	33.948,27
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	198.084,68
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	317.842,60
Auxílio Alimentação	99.260,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	543.338,59
Despesas de Exercício Anteriores	0,00
Indenizações e Restituições	4.607,53
Equipamentos e Material Permanente	30.093,00
C) VALOR TOTAL DAS DESPESAS	2.569.005,56
D) VALOR LIMITE TOTAL PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.809.265,11
SITUAÇÃO	REGULAR
% REAL APLICADO EM DESPESA ADMINISTRATIVA	2,43

FONTE: Relatório da Taxa de Administração e Balancete de Despesa.

No exercício de 2024 o valor calculado para a Taxa de Administração foi de R\$ 3.809.265,11, sendo que o valor utilizado foi de R\$ 2.569.005,56. Nesse sentido, a partir do limite total fixado em 3,6% para as despesas administrativas foi utilizado o percentual de aproximadamente 2,43% em despesa administrativa.

4.4. Créditos adicionais

No exercício financeiro de 2024 foram autorizados 3 créditos suplementares que somaram 33.000,00, e 8 créditos especiais no valor de R\$ 10.519.458,40.

4.5. Reserva orçamentária

A reserva orçamentária de contingência constituída para o exercício financeiro de 2024 foi utilizada para suplementação de ficha para pagamento de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) no exercício.

A reserva orçamentária representa os recursos previstos pelo RPPS na Lei Orçamentária Anual – LOA, que não serão aplicados no respectivo exercício. Assim, a reserva orçamentária corresponde ao superávit orçamentário do RPPS para determinado período, cuja finalidade é suportar os déficits futuros.

5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

Em atendimento ao artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 foi estabelecido a “programação financeira e o cronograma mensal de desembolso” trinta dias após a publicação da LOA. Esse cronograma é considerado um instrumento de acompanhamento, pois visa estabelecer o equilíbrio entre o fluxo provável dos recursos financeiros e a necessidade de atendimento das despesas já fixadas no orçamento.

5.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária, ocorridos no exercício financeiro de 2024, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese a execução financeira no exercício de 2024 se processou como segue no quadro abaixo:

Quadro 6 – Execução Financeira

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2024			
INGRESSOS R\$		DISPÊNDIOS R\$	
Orçamentários	60.344.855,88	Orçamentários	34.372.854,31
Extra Orçamentários	41.345.192,30	Extra Orçamentários	5.040.670,38
Transferências financeiras Recebidas	150.219,72	Transferências financeiras Concedidas	0,00
-	-	-	-

Saldo do Exercício Anterior	350.243.599,06	Saldo Atuais	412.658.686,98
TOTAL	452.083.866,96	TOTAL	452.072.211,67

FONTE: Balanço Financeiro – Sistema Contábil Betha Cloud

Ao verificar os procedimentos relativos à execução financeira do exercício de 2024, verificou-se que as receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência; o processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais; as conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente; foram realizadas as retenções devidas, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra-orçamentária, o recolhimento efetuado dentro da regularidade e as aplicações financeiras obedeceram às normas legais. A diferença no total entre os ingressos e dispêndios no valor de R\$ 11.655,29, refere-se a Restos a Pagar Não Processados.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

$$\frac{\text{Saldo para o exercício seguinte}}{\text{Saldo do exercício anterior}} = \frac{412.658.686,98}{350.243.599,06} = 1,18$$

Ademais, por meio da relação do saldo que passou para o exercício seguinte em confronto com o saldo do exercício anterior foi possível evidenciar o resultado do exercício financeiro, onde verificou-se "superávit financeiro". Considerando que se o resultado for igual a "1" demonstra equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos do período. Caso o resultado seja maior do que "1", demonstra um "superávit" financeiro, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos do exercício. Se menor do que "1", o saldo que passa para o exercício seguinte é menor do que o saldo anterior. Essa hipótese evidencia a ocorrência de um "déficit" financeiro, isto é, os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício.

5.2. Disponibilidade de Caixa

Verificou-se que no exercício de 2024 as disponibilidades de caixa do RPPS foram aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não tendo sido realizadas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município ou empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e alinhado com as demais normas aplicáveis, demonstra a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultante da gestão econômica do RPPS e evidencia os aspectos qualitativos e quantitativos do Patrimônio no final do exercício financeiro.

6.1. Balanço Patrimonial

A partir da análise do Balanço Patrimonial evidenciou-se a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhamento conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 2024			
ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
Circulante	412.687.210,85	Circulante	85.846,35
Não circulante	229.036.592,98	Não circulante	1.140.237.279,71
-	-	Patrimônio Líquido	-498.599.322,23
TOTAL	641.723.803,83	TOTAL	641.723.803,83

FONTE: Balanço Patrimonial – Sistema Contábil Betha Cloud

Ativo

São recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Ativo Financeiro

Conforme evidência objetiva e verificação efetuada a partir do demonstrativo, em 31/12/2024, não constam valores em Caixa (disponibilidade de valores em espécie). Igualmente verificou-se que os saldos dos bancos e aplicações financeiras conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2024.

Ativo Permanente

Os saldos dos Bens Móveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2024.

Passivo

São obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade as saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômico ou potencial de serviços.

Passivo Financeiro

Os saldos dos restos a pagar e dos depósitos correspondem à dívida de curto prazo do RPPS em 31/12/2024.

Passivo Permanente

O saldo da provisão matemática em 31/12/2024 corresponde ao valor apurado no Cálculo Atuarial.

Patrimônio Líquido

É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O Valor do Patrimônio Líquido de **R\$ (498.599.322,23)** comprova que o Passivo Patrimonial superou o Ativo no referido montante. O resultado apurado indica um passivo a descoberto, em razão do valor das provisões matemáticas prevista no Cálculo Atuarial superar o valor do ativo auferido no exercício de 2024. Não representa uma perda no patrimônio, mas uma projeção futura.

6.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais

A demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente, demonstradas por meio de resultados das classes 3 e 4 do Plano de Contas aplicado ao setor público.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (classe 4) e diminutivas (classe 3). O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Quadro 8 – Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)
Contribuições	147.279,72	Pessoal e encargos	6.995.358,93

-	-	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.902.608,75
Remuneração de Dep. Bancários e Aplic. Financeiras	740.708,53	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	676.737,15
Transferências e delegações recebidas	157.005,33	-	-
Reavaliação e ganhos com de Ativos	37.819.063,47	Desvalorização e perda de ativos e incorp. De passivos	1.569.542,75
-	-	Tributárias	543.338,59
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	59.450.082,02	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	39.240,24
Total	98.314.139,07	Total	41.726.826,41
-	-	Resultado Patrimonial do Período	56.587.312,66

FONTE: Demonstrativo das Variações Patrimoniais – sistema contábil Betha Cloud

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio durante o exercício financeiro.

Verifica-se a partir da análise do demonstrativo que as variações patrimoniais aumentativas mais significativas estão especificadas em ganhos com ativos (investimentos) e em outras variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos geradores.

As variações patrimoniais diminutivas mais significativas estão especificadas em Benefícios Previdenciários e Assistenciais, Pessoal e Encargos e desvalorização/perda de ativos.

O Resultado Patrimonial do Período de R\$ 56.587.312,66 é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ 98.314.139,07 e as Variações Patrimoniais Diminutivas R\$ 41.726.826,41.

6.3. Inventário geral analítico

Os valores constantes no inventário geral analítico de 31/12/2024 guarda paridade com as demonstrações contábeis, sendo que todos os valores constantes no inventário geral analítico podem ser comprovados através do extrato, conciliação, declaração, carga patrimonial, certidão, e outros documentos hábeis.

7. ANÁLISE DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO

Apresenta-se o demonstrativo de Restos a Pagar no exercício.

Quadro 9 – Demonstrativo de Restos a Pagar inscritos em 2024

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO 2024	
Restos a Pagar	Saldo (R\$)
Processados	500,00
*Processados	3.974,83
Não Processados	11.655,29
Total	16.130,12

FONTE: Memorial de Restos a Pagar – Sistema Contábil Betha Cloud

Conforme demonstrativo de execução de Restos a Pagar, pode ser observado um saldo de R\$ 16.130,12, inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, referente as despesas com Gás Dulico, Padaria Irmãos Santos Andrade LTDA, Cemig Distribuição, AMM, e folha de pagamento referente a rescisão.

*Obs. O valor de R\$ 3.974,83 (Restos a Pagar Processados (2022)) refere a rescisão não paga que aguarda alvará judicial.

8. AVALIAÇÃO DO DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS

No que se refere a despesas pagas a títulos de obrigações patronais, verificou-se que houve detalhamento da composição das despesas pagas com especificação dos valores repassados ao RGPS e ao RPPS. Considerando que o IPREV Mariana possui um quadro de apenas servidores efetivos, o recolhimento ao RGPS se deu por conta apenas dos prestadores de serviços, pessoa física.

9. INFORMAÇÃO DO VALOR DE DÉFICIT DO RPPS

Importante ressaltar que o IPREV MARIANA não possui dívidas.

A avaliação atuarial do exercício de 2024, realizada pela Sr. Leonardo Ferreira Stelmo – MIBA nº 3646 revelou que o plano de benefícios previdenciários do IPREV MARIANA apurou um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ (841.592.499,64).

Nesse sentido, a partir do resultado apurado na avaliação atuarial realizada em 2024, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Instituto apresenta-se de forma **desequilibrada** no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do **Déficit Técnico Atuarial**.

Quadro 10 – Balanço Atuarial

DISCRIMINAÇÃO	VALORES COM ALIQUOTAS VIGENTES	VALORES COM ALIQUOTAS DE EQUILÍBRIO
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 356.166.482,35	R\$ 356.166.482,35
Aplicações em Renda Fixa	R\$ 350.243.244,23	R\$ 350.243.244,23
Demais Bens e Ativos	R\$ 80.500,55	R\$ 80.500,55
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 5.842.737,57	R\$ 5.842.737,57
PROVISÃO MATEMÁTICA – TOTAL	R\$ -1.265.681.454,78	R\$ -1.374.485.635,21
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	R\$ -371.748.085,53	R\$ -371.748.085,53
Valor Atual dos Benefícios Futuros – Concedidos	R\$ -373.909.535,84	R\$ -373.909.535,84
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	R\$ 2.161.450,31	R\$ 2.161.450,31
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC	R\$ -893.933.369,25	R\$ -1.002.737.549,68
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ -1.132.041.213,04	R\$ -1.132.041.213,04
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ 116.860.619,89	R\$ 63.005.065,53
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	R\$ 121.247.223,90	R\$ 66.298.597,83
AJUSTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E A CONCEDER REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 67.922.472,79	R\$ 67.922.472,79
(-)Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 67.922.472,79	R\$ 67.922.472,79
RESULTADO ATUARIAL	R\$ -841.592.499,64	R\$ -950.396.680,07
Superávit	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit	R\$ -841.592.499,64	R\$ -950.396.680,07
Déficit Equacionado	R\$ -841.592.499,64	R\$ -950.396.680,07
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 228.927.183,46	R\$ 228.927.183,46
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	0.0000	0.0000
Déficit Atuarial a Equacionar	R\$ -612.665.316,19	R\$ -721.469.496,62
Valor Atuarial dos Salários Futuros (VASF)	R\$ 734.972.449,47	R\$ 734.972.449,47

FONTE: Avaliação Atuarial 2024

Para sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Instituto, depreende-se a necessidade de revisão no plano de custeio vigente; de adequação da legislação Municipal quanto às alterações determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), no que couber; bem como às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, especialmente no que diz respeito à atualização cadastral dos segurados do plano de benefícios e os estudos complementares necessários à boa prática atuarial, conforme alternativas apresentadas no relatório de avaliação atuarial de 2024.

10. CERTIFICAÇÃO A CONCILIAÇÃO DOS REGISTROS E CRÉDITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO COM AS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA APRESENTADAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO

Verificou-se que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis do ente municipal.

11. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o estudo no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios. A Avaliação Atuarial é elaborada a partir de dados estatísticos da população

coberta pelo Plano, como taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperada para os investimentos, crescimento salarial, entre outras.

Os regimes de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser organizados baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

O Ministério da Previdência Social editou a Portaria MPS 1.467/2022 dispondo sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS que deverão ser elaboradas anualmente.

A Avaliação Atuarial do IPREV Mariana no exercício de 2024, foi elaborada pela empresa contratada, FAC Gestão Atuarial LTDA, tendo como responsável pela elaboração da avaliação o atuário Leonardo Ferreira Stelmo, devidamente registrado no MIBA nº 3646.

A análise atuarial se faz necessária para qualificação das obrigações previdenciárias do Plano de Benefícios, verificando sua estabilidade atual e propondo alternativas de custeio que prestigie o equilíbrio e a perenidade do Regime Próprio de Previdência Social.

As informações sobre os resultados da Avaliação Atuarial de 2024 constam no item 9 desse relatório.

12. INFORMAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO AOS ARTS. 71 E 81 DA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana – IPREV MARIANA, autarquia pública municipal, é responsável pela gestão do RPPS, possuindo personalidade jurídica, patrimônio, receitas, gestão administrativa, contábil e financeira próprias.

Conforme portaria MTP nº 1.467/2022:

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º. A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

Existe no município, apenas um regime próprio de previdência social dos servidores públicos, bem como apenas uma Unidade Gestora do respectivo regime, conforme disposto no art. 71 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Ainda com relação à referida Portaria, torna-se relevante destacar os itens abaixo:

Art. 81. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou aos fundos previdenciários, inclusive os créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei no 9.796, de 05 de maio de 1999.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo somente deverão ser utilizados para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, para o financiamento da taxa de administração do RPPS e para o pagamento da compensação financeira disciplinada na Lei no 9.796, de 05 de maio de 1999.

Os recursos previdenciários do RPPS são utilizados exclusivamente para pagamento dos benefícios previdenciários (Aposentadoria e Pensão por morte) e para Taxa de Administração, conforme determina o art. 81 § 1º da Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Lei Complementar Municipal nº 199/2020.

13. INFORMAÇÕES SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DOS SEGURADOS DO RPPS

No exercício de 2021 houve registro de atualização da base cadastral dos segurados do RPPS. Evidencia-se que o recadastramento foi programado para ocorrer entre os dias 01 a 30 de setembro de 2021, regulamentado pelo Decreto no 10.629 de 23 de agosto de 2021. Contudo, considerando a baixa adesão dos segurados quanto a realização da atualização cadastral, através de registro formalizado pela Diretora Previdenciária do IPREV Mariana, verificou-se que o prazo para realização do Censo

Previdenciário foi estendido para o exercício de 2022. No ano de 2024 não houve a realização de Censo Previdenciário dos Ativos.

No exercício de 2024 o Instituto realizou a Prova de Vida dos servidores inativos -aposentados e pensionistas, conforme determina a Portaria nº 101 de 31 de outubro de 2019, que estabeleceu que a prova de vida dos aposentados e pensionistas do Instituto será realizada anualmente no mês de dezembro de cada ano vigente.

Os cadastros dos segurados do RPPS, além de constar na base de dados do sistema que atende o Instituto de Previdência também estão armazenadas nas pastas físicas e arquivos físicos.

14. IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL CONTRIBUTIVO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO

O percentual de contribuição dos servidores ativos é de 14% e a contribuição dos inativos/pensionistas é de 14% sobre o valor que ultrapassa o teto do Regime Geral de Previdência Social. A contribuição patronal equivale a 15,90% (alíquota normal), acrescida de 8,56% (alíquota suplementar no ano de 2024).

No exercício de 2024, verificou-se um total de 572 (quinhentos e setenta e dois) benefícios de aposentadoria e 73 (setenta e três) benefícios de pensão por morte.

15. PLANO DE AMORTIZAÇÃO

O município de Mariana através da Lei Complementar nº 172/2017, estabeleceu um Plano de Amortização para equacionamento do Déficit Técnico Atuarial.

Considerando que o Plano de Benefícios a época encontrava-se deficitário, apesar da estabilidade do Regime Próprio de Previdência no período, foram propostas alternativas de custeio que prestigiassem o equilíbrio e a perenidade do sistema, de forma a equacionar o déficit técnico atuarial a descoberto por meio da utilização do financiamento exponencial do custo suplementar ou por aporte periódico de recurso apurados no cálculo atuarial, ambos de responsabilidade exclusiva do ente, conforme quadro 11.

É importante ressaltar que foi apurado a necessidade de novo Plano de Amortização, através da Avaliação Atuarial de 2024. Contudo, o novo Plano não foi

transformado em lei pelo Executivo Municipal. Desta forma, ainda prevalece o Plano de Amortização definido pela Lei Complementar Municipal nº 172/2017.

Para sustentação do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios do IPREV Mariana, conforme alternativas apresentadas no relatório de avaliação atuarial de 2024, faz-se necessário a revisão do plano de custeio vigente; adequação da legislação Municipal quanto às alterações recomendadas e/ou determinadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da previdência), no que couber; bem como às demais alterações técnicas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normas aplicáveis.

Quadro 11 - Financiamento do Déficit Técnico Atuarial vigente conforme Lei Complementar nº 172/2017.

Financiamento do Déficit Técnico Atuarial

ANO	SALDO INICIAL	PAGAMENTO	SALDO FINAL	% DA FOLHA DE SALÁRIOS
2018	127.870.308,80	3.593.728,22	131.733.175,42	4,88%
2019	131.733.175,42	4.083.373,69	135.308.789,84	5,49%
2020	135.308.789,84	4.589.964,91	138.561.954,42	6,11%
2021	138.561.954,42	5.098.692,28	141.471.057,87	6,72%
2022	141.471.057,87	5.617.135,20	144.005.158,03	7,33%
2023	144.005.158,03	6.153.176,96	146.123.099,93	7,95%
2024	146.123.099,93	6.691.560,59	147.797.431,70	8,56%
2025	147.797.431,70	7.240.096,58	148.990.775,22	9,17%
2026	148.990.775,22	7.798.934,14	149.663.351,55	9,78%
2027	149.663.351,55	8.376.278,54	149.764.297,39	10,40%
2028	149.764.297,39	8.956.255,29	149.256.524,63	11,01%
2029	149.256.524,63	9.546.993,95	148.092.102,52	11,62%
2030	148.092.102,52	10.156.949,91	146.211.261,76	12,24%
2031	146.211.261,76	10.769.769,15	143.567.982,17	12,85%
2032	143.567.982,17	11.393.829,08	140.104.602,27	13,46%
2033	140.104.602,27	12.037.842,84	135.750.765,00	14,08%
2034	135.750.765,00	12.684.962,39	130.449.750,76	14,69%
2035	130.449.750,76	13.343.820,54	124.132.286,03	15,30%
2036	124.132.286,03	14.023.396,03	116.715.423,40	15,92%
2037	116.715.423,40	14.706.331,90	108.129.637,00	16,53%
2038	108.129.637,00	15.401.524,14	98.291.799,63	17,14%
2039	98.291.799,63	16.118.225,17	87.103.988,93	17,76%
2040	87.103.988,93	16.838.553,73	74.481.361,31	18,37%
2041	74.481.361,31	17.571.677,05	60.324.265,32	18,98%
2042	60.324.265,32	18.317.778,97	44.526.875,54	19,59%
2043	44.526.875,54	19.086.489,85	26.966.808,83	20,21%
2044	26.966.808,83	19.859.204,64	7.534.060,44	20,82%
2045	7.534.060,44	20.645.465,08	0,00	21,43%

FONTE: Relatório de Avaliação Atuarial 2024/ Lei Complementar 172/2017

16. COMPROVAÇÃO DA OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021 E SUAS ALTERAÇÕES SOBRE APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO RPPS

Em atendimento ao disposto na resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021 e suas alterações, Portaria 1.467/2022 e demais normas aplicáveis, os recursos do RPPS estão aplicados nas Instituições Financeiras conforme demonstrado abaixo.

Quadro 12 – Demonstrativo de aplicações – carteira consolidada


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARIANA
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 31/12/2024

Carteira consolidada de investimentos - base (Dezembro / 2024)

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
TÍTULOS PÚBLICOS			189.696.998,90	46,03%		0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea a
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDE...	D+0	15/08/2022	2.116.543,75	0,51%	21	2,82%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RE...	D+0	Não há	772.808,48	0,19%	741	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	D+0	Não há	168.182,82	0,04%	75	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
TREND PÓS-FIXADO FIC RENDA FIXA SIMPLES	D+0	Não há	744.265,93	0,18%	95.714	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDE...	D+0	Não há	17.867.954,85	4,34%	1.259	0,09%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BRDESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA RE...	D+0	Não há	62.582.848,60	15,19%	619	0,41%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	46.828.532,54	11,36%	458	0,68%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA R...	D+0	Não há	44.561.024,03	10,81%	490	1,41%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
LETRA FINANCEIRA ABC - IPCA + 6,30% - NOV/2025	D+0	Não se aplica	2.222.779,73	0,54%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
LETRA FINANCEIRA SANTANDER TAXA IPCA + 6,59%	D+0	Não se aplica	31.134.854,76	7,56%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
LETRA FINANCEIRA XP	S/Info	Não se aplica	1.111.284,44	0,27%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
BB TECNOLOGIA FIAÇÕES BDR NÍVEL I	D+3	Não há	3.149.338,84	0,76%	21.903	0,47%	Artigo 9º, Inciso III
ICATU VANGUARDA IGARATÉ LONG BIASED FI MULTIMERC...	D+32	Não há	9.124.942,95	2,21%	529	2,18%	Artigo 10º, Inciso I
Total para cálculo dos limites da Resolução			412.082.360,62				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			576.326,36				Artigo 6º
PL Total			412.658.686,98				

FONTE: Demonstrativo da posição de investimentos – Relatório de Investimentos dez/2024- Crédito & Mercado

No encerramento do exercício de 2024 o patrimônio líquido conforme demonstrado no relatório de investimentos e extratos bancários totalizaram o valor de **R\$ 412.658.686,98** (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos).

Ressalta-se que as informações dos investimentos também estão disponíveis no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, no sistema CADPREV da Secretaria de Previdência Social.

17. CONCLUSÃO

A execução orçamentária e contábil, no que diz respeito às contas do Instituto de Previdência dos Servidores Público de Mariana – IPREV Mariana, durante o exercício econômico e financeiro de 2024, representa adequadamente, em seus valores, a posição patrimonial, financeira e atuarial em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

Cumpre destacar algumas recomendações importantes a gestão do RPPS e ao ente municipal:

1. Recomenda-se aos responsáveis a atualização do Plano de Equacionamento do déficit atuarial, considerando a defasagem do Plano de Amortização vigente, conforme indicado no relatório de Avaliação Atuarial de 2024 e no parecer técnico do atuário responsável. Além disso, recomenda-se a realização de estudos para alterar as regras de elegibilidade de benefícios (Reforma da Previdência), a fim de promover o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
2. Recomenda-se aos responsáveis atenção aos prazos legais de envio de prestações de contas aos órgãos de controle e fiscalização, como a Secretaria de Previdência e ao Tribunal de Contas do Estado.

Destaca-se ainda, que o Controle Interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana (IPREV Mariana) possui um Plano Anual de Atividades formalmente instituído. Dentre essas atividades, além da elaboração do relatório anual de prestação de contas, está a elaboração de um relatório mensal de acompanhamento das áreas do RPPS. Esse relatório é submetido mensalmente à análise do Conselho Fiscal e do Conselho de Previdência do Instituto, garantindo maior transparência e efetividade na gestão.

Com base no exposto, não havendo nenhum achado que evidencie atos e/ou fatos que violem a guarda dos bens, direitos e ativos do RPPS, tão somente recomendações, emito parecer **FAVORÁVEL** à **APROVAÇÃO** das contas anuais de gestão do exercício financeiro de 2024.

Submete-se as informações para conhecimento, análise e pronunciamento da Gestão do RPPS e posterior apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

É o parecer do Controle Interno, referentes às Contas do Exercício de 2024.

Mariana, 28 de março de 2025.

Diego da Silva Carioca
Controlador Interno
IPREV Mariana